

PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO E AMBIENTE



Valter Luís Barbosa¹
Antonio Fernandes Nascimento Jr.²

Barbosa, V. L. e Junior, A. F. N. - Patrimônio cultural, turismo e ambiente. Revista Assentamentos Humanos, Marília, v6, nº1, pag. 67 - 74, 2004.

ABSTRACT

The twentieth century witnessed both preservation and destruction of our environment. Within the positive actions, we can point out the natural and cultural heritage preserved and a specific legislation. As for the negative aspects, there have been a number of authors publishing about the indifference from the government and private institutions. They put into evidence the environmental destruction as an obstacle to the development of the tourism industry and its policy.

It is clear the necessity of establishing new public policies and a new way of thinking, including in this process the whole society scientific community and governmental non-governmental and private institutions.

Key Words: *tourism, environmental, cultural*

RESUMO

Durante o século XX, houve práticas voltadas à preservação e depredação do ambiente. Engloba-se neste contexto, o patrimônio natural e cultural preservado

¹ Doutorando em Ecologia e Recursos Naturais pela UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

² Professor Assistente Doutor da Área de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional: Assentamentos Humanos – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – UNESP, Campus de Bauru-SP.



e uma legislação para esse fim. Quanto à depredação, inúmeros autores têm publicado sobre o total descaso do poder público e privado, destacando a destruição do ambiente, inviabilizando políticas voltadas para as práticas do turismo, bem como o seu desenvolvimento.

Para tanto, urge a necessidade de se estabelecer políticas públicas e mudança de mentalidade, envolvendo todas as esferas desse processo: sociedade, comunidade científica, órgãos não governamentais, poder público e privado.

Palavras-Chaves: *Patrimônio natural e cultural, políticas de desenvolvimento, depredação e espaço.*

INTRODUÇÃO

A preservação do ambiente torna-se, no final do século XX, imprescindível para a sobrevivência do homem em seus vários aspectos: econômico, cultural, social e ecológico.

Os diferentes espaços que denunciavam a presença do homem como, centros urbanos, as áreas rurais, enfim, do meio biótico e abiótico, tem sido alvo de inúmeras formas de depredação. Através da mídia falada e escrita, a sociedade vislumbra um quadro extremamente caótico como: o vazamento de óleo de navios cargueiros, poluindo mares e rios, aberturas de comportas inundando e fazendo desaparecer espécies animais, vegetais e sítios arqueológicos.

Há casos específicos de depredação ambiental. **RUIVO** (1990) apresenta em relação à Amazônia inúmeras atitudes de depredação: desmatamentos realizados com fins agrícolas e madeireiros em Rondônia e no sul do Pará, através da extração indiscriminada e clandestina de madeira, atingindo áreas de ocupação indígena e atividades de garimpage, despejando mercúrio nos rios.

Outro exemplo a ser destacado como forma de destruição ambiental está a cidade de Cubatão-SP. Esta ganhou o

título de cidade mais poluída do mundo conforme **VIOLA (1987)**. Estes podem ser exemplificados como pontos de referência da saúde pública dos moradores e principalmente o caso específico de crianças portadoras de acefalia.

A paisagem, as alterações feitas pelo homem na própria natureza, agora transformadas em mercadorias, identifica como são as relações entre sociedade e o seu ambiente, fruto, portanto das formas de organização social, das estruturas de classes e das suas contradições.

Para **(RODRIGUES, 1999 p. 57)** "*as "amenidades" da natureza mercantilizada, num primeiro momento, como natureza "pura", e isolada, passam a ser paulatinamente transformadas com a (re)produção sócio-espacial. Altera-se tanto a "paisagem" física como as relações sociais através da indústria e da prestação de serviços.*"

Em detrimento do quadro acima apresentado, é preciso urgentemente buscar alternativas para amenizar o processo de degradação dos espaços ocupados pelo homem. Da necessidade de se reavaliar o sentido da natureza e a sua constante homogeneização por parte da indústria do turismo, assim como poder reverter às várias ideologias que distorcem os diferentes lugares, principalmente para os moradores desse mesmo lugar e sua relação com os turistas.

Assim sendo, a criação, desenvolvimento e manutenção de atividades turísticas podem estar relacionadas com as formas de preservar a interação entre homem e a paisagem, fundamentando-se numa consciência política e ecológica.

Diante desse quadro, faz-se necessário, avaliar as práticas adotadas pelos agentes de turismo e do poder público local, na relação entre o patrimônio cultural e o ambiente.

Portanto, é premente neste quadro, verificar até que ponto está diretamente ligado à questão da conscientização do próprio turista no que se refere a ter um comportamento totalmente voltado para uma mudança de postura e mentalidade em relação ao patrimônio cultural e natu-

ral. Tal fato se torna fundamental para a preservação, conservação e desenvolvimento das práticas no turismo.

O AMBIENTE URBANO, PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO

A cidade

O homem historicamente sempre buscou outros povos, outras culturas, propondo-se a ir mais longe de seus limites geográficos. CARVALHO (1999) explica que a existência humana é um fato social e quanto maior for às interações sociais, mais haverá um enriquecimento com suas experiências e convívio com outros lugares. Neste sentido, a cidade torna-se produto das relações humanas e habitat, por excelência, da maioria das sociedades.

O espaço da cidade é, portanto o reflexo da produção histórica do homem, resultado da sua forma de organização. Local do desenvolvimento industrial, tecnológico, do consumo, do lazer, da divisão social do trabalho e da informação. Assim, o conjunto de todos objetos técnicos existentes, reproduz a maneira de se pensar esse espaço: os monumentos, os jardins, as igrejas, os lugares turísticos, os parques, os casarões antigos que fazem parte dessa produção social.

O ser humano, diferentemente dos outros animais, interfere no ambiente, no seu espaço. Conforme descrevem (SOARES e ALBERTI, 1993 p.43): *"fisicamente complexificado, consegue despregar-se da natureza através do trabalho de sua transformação, sofisticando qualitativamente sua capacidade lógica de categorizar, mediatizar e consequentemente conceituar"*.

O homem dá um outro significado ao ambiente (espaço), pois o faz estruturando ligando à produção material e ao simbólico (SANTOS, 1982).

A paisagem, fruto dessa contradição, apresenta-se degradada pelo desequilíbrio existente do próprio homem no convívio com a sociedade. O seu habi-

tat, o ambiente urbano, é o resultado da produção social e material construída pelo homem, se encarrega de materializar as "contradições" e promover a desigualdade social, expressão concreta como síntese da dialética: natureza e sociedade.

Neste contexto, o ser humano tem posto em risco os patrimônios históricos, culturais, os diferentes tipos de arquitetura da cidade, as áreas de lazer, as praças, os "campinhos" de futebol, parques e reservas ecológicas naturais diante da chamada "modernização". No momento em que o processo de globalização e da mundialização da economia transforma-se numa questão irreversível para aqueles que acreditam neste modelo de crescimento, ou seja, o economicismo, inviabiliza qualquer alternativa que se possa colocar em risco tais práticas.

Hoje, quando se observam às ruas, percebe-se não ter mais a mesma importância de outrora, a percepção do lugar traduz a realidade assimilada por poucos. Tornaram-se locais esquematizados geometricamente, cada vez mais indiferentes, homogêneos, técnicos, racionais, virtuais e abstratos.

Contemporaneamente, o ambiente urbano fica reduzido, quase não havendo mais o local para a conversa, a brincadeira, o jogo, a discussão e a reflexão. É agora, o local do consumo, como "Shopping Centers", santuários do capitalismo, local da segurança e do lazer da classe média e alta, das construções verticalizadas, dos conjuntos residenciais de padrão econômico elevado, tornando-se locais esterilizados, distantes da maioria da sociedade.

A irracionalidade urbana parece ser o caminho único proposto a todos. O ecológico se desconfigura, dificultando as poucas práticas de uma reversão desse status quo. Pode-se observar antes da degradação natural, física à degradação social, promovida em vários pontos das grandes cidades. Socialmente e economicamente a periferia torna-se o reduto das classes menos favorecidas. Esses espaços ficam doentes, violentos, sem esperança e sem cidadania.



O acelerado crescimento das cidades, ocorrendo de forma desordenada, tem alterado de maneira incisiva o ambiente, pondo em risco todo o ecossistema urbano.

É conforme esse paradigma que **ROLNIK (1998)** explica que essa nova ordem mundial se mistura com os efeitos da crise econômica, dando a ilusão de que a mesma irá terminar para posteriormente avançarmos com esse modelo de desenvolvimento.

Hoje, presencia-se um novo período chamado por **SANTOS (1993)** de meio técnico-científico, resultado da adição ao território de ciência, tecnologia e da informação. Para este autor, vivencia-se a interdependência da ciência e da técnica em todos os aspectos da vida social, situação que se verifica em várias partes do mundo.

Diante desse processo, há uma diminuição do espaço-tempo, com as modificações nas formas de produção, terceirização e diminuição física das fábricas diante da ciência e da tecnologia. Por outro lado há uma redefinição do papel do Estado, produto da economia globalizada. A sociedade é convidada a participar dessa nova fase, não como cidadãos, mas como objetos, consumidores, representantes exclusivos do mundo da técnica, tornando-se cada vez mais alienados.

A cidade então, possui toda essa racionalidade, produz uma nova urbanização, da ciência e da técnica. Como exemplo destacam-se as grandes metrópoles mundiais: Tóquio, Nova Iorque, Paris, Los Angeles, etc. Para **BENKO (1996)** a mundialização é uma internacionalização das atividades, sobretudo ao nível das finanças (as modalidades foram definidas a partir dos anos 80) e estão em evolução constante. Assiste-se também a uma transformação da concorrência, não somente em termos de exportação-importação, principalmente em termos de custo, de qualidade, de rapidez etc... Além disso, a internacionalização transformou a organização e as estratégias das firmas. Observa-se uma convergência em direção a um modelo pós-fordista.

Não é difícil constatar as condições de vida da maioria da população nas grandes, médias e pequenas cidades. Problemas como: habitação, transporte, energia, a questão do desemprego, a degradação da saúde pública e da falta de lazer na maioria dos casos, tornaram-se crônicos para a sociedade.

Essa situação é discutida por **SANTOS (1993)**, pois esse processo ocorre em função do modelo de urbanização empreendido nas grandes capitais, atuando como receptáculos dos recursos públicos em favor de seus investimentos econômicos, por sua vez, em detrimento dos gastos sociais.

É a urbanização corporativista, onde uma complexa rede de fatores como: tamanho urbano, o modelo rodoviário, carência de transportes, especulação fundiária e imobiliária, garantem a espacialização da pobreza e do modelo centro-periferia.

Portanto, as condições existentes para a maioria da sociedade que vive em áreas urbanas, vêm sendo agravadas no que tange à forma desse crescimento urbano. Neste contexto, nota-se a ocorrência dos espaços seletivos, obrigando a maioria à submissão das lógicas mercantis, econômicas, valorizando algumas áreas e desvalorizando outras.

Patrimônio cultural

Sabe-se que o conceito de cultura está ligado não só à preservação de monumentos históricos e das obras de maior expressão, mas envolve o produto da ação humana e também da sua natureza. De acordo com **(MENEZES, 1999 p. 89)**: *"a noção de cultura engloba aspectos materiais como não-materiais e se encarna na realidade empírica da existência cotidiana. Tais sentidos, ao invés de meras deduções mentais, são partes essenciais das representações com as quais alimentamos e orientamos nossa prática".* Vê-se, portanto, que ela é uma condição da produção e reprodução da sociedade.

Assim, o homem é quem dá sig-

nificado e valores às suas atividades, às suas atitudes, aos seus comportamentos, aos seus costumes e aos seus hábitos, enfim, possui um envolvimento e se projeta para o futuro, fazendo planos e dando sentido à sua vida. Neste caso, ele ultrapassa a sua natureza primária para produzir relações sociais e culturais e o patrimônio cultural deixa de ser entendido como algo estático arquitetônico.

O patrimônio público é o estado natural das coisas. O ser humano, no tempo e no espaço, mediante as suas atitudes, incorpora o privado. Essa questão, nas sociedades democratizadas, já é posta em prática pelo próprio processo político, fruto de governos compromissados com o ambiente, os quais admitem que o poder privado deve ser sacrificado pelo público.

YAZIGI (1999) comenta que em Paris, pelo seu desenvolvimento cultural, político e social, tem desde 1995 projetos preservação de seu patrimônio sem impedir o seu crescimento econômico. Citam-se vilarejos que não foram descaracterizados, provando que o novo pode conviver com o antigo. Em paralelo a essa idéia, **MENEZES (1999)**, através do CONDEFAAT, na década de 70, desenvolve estudos denominados de representatividade. O objetivo dessa abordagem procura aproximar a sociedade com sua cultura no sentido de preservar a memória social. **YAZIGI (1999)**, discute que a preservação está relacionada com o fato de a paisagem, ao ser considerada não definitiva, tem nos grupos humanos, imbuindo de uma consciência ambiental, o caráter de conservacionismo.

Inúmeras pesquisas têm dado ênfase à conservação do patrimônio cultural e têm resultado em atividades de ordem ambiental, científica, educacional e turística, denotando o caráter do que é nosso. Com isso, há um trabalho de educação ambiental que permite aproximar o cidadão com o seu centro urbano, dando destaque a uma coexistência pacífica, para não se perder a identidade cultural.

A proteção pelo controle das atividades que possam afetar o bem protegido

é prevista pelo Decreto Lei 25/37 que dispõe sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de 50% do valor do mesmo objeto.

No litoral paulista, Praia Grande, foi posto a baixo o Parque Balneário-Hotel de Santos na década de 70, para dar lugar a um shopping center e um conjunto de prédios de apartamentos.

Se o complexo urbano tem sido alvo de inúmeras formas de destruição, o mesmo vem a ocorrer com a paisagem natural. Nesse exemplo cita-se a Juréia que foi desastrosamente usada pela Avibras para servir de local para testes nucleares. Contudo, a mesma não foi totalmente destruída, isto porque houve uma forte manifestação por parte dos ambientalistas.

Outra forma de degradação ocorrida nos anos 80. Uma vez que a urbanização do litoral foi muito intensa, causando o aparecimento de cicatrizes, erosões com conseqüente assoreamento dos rios, descaracterização da vegetação primitiva e escolha inadequada de sítios para rodovias, ora quase em cima de praias, ora cortando cidades deliberadamente, com todos os inconvenientes de uma auto pista em meio a habitação.

É comum visitarmos as áreas centrais das cidades do Estado de São Paulo e notarmos a destruição do patrimônio histórico e cultural. De forma direta, através da depredação dos ambientes, com a violência urbana e com a falta de políticas educativas que venham gerar conhecimento e conscientização da sociedade. Por outro lado, de maneira indireta, com as ocupações indevidas do espaço urbano e dos investimentos imobiliários, da especulação do capital em detrimento da preservação cultural do lugar.

Em algumas cidades podemos notar a depredação do patrimônio público, cultural pelas ações dos vândalos ou pelo



próprio descaso das autoridades competentes. A título de exemplo, destacamos o fim das ferrovias no Estado de São Paulo e a destruição das suas estações nas quais algumas cidades se projetaram e que hoje estão completamente abandonadas, deixando de resgatar a sua história, a sua dignidade e a sua cultura.

Um exemplo particular ocorreu em Paris, com a Estação Ópera do metrô, situada num dos pontos mais nobres da capital francesa e num cruzamento de três linhas importantes, não precisou destruir nada do seu entorno, pois a saída do subterrâneo se dá por uma escadaria de metragem diminuta que não chega sequer a dominar a ilha da calçada situada em frente ao famoso teatro.

YAZIGI (1999) explica que, em 1972 com a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, algumas sociedades governamentais e não-governamentais passaram a atuar de forma mais contundente em relação ao meio ambiente e à vida. Este autor afirma que em escala governamental, constitucional, estadual e federal, existem competências relativas à administração pública. Esta pode intervir na paisagem e adotar políticas de preservação do patrimônio.

Portanto, ao haver um aparelho fiscalizador eficiente e maior grau de consciência ecológica da sociedade, pode-se obter mecanismos para defender a cultura, a ciência, a arte e a natureza. Sejam através das leis de proteção ambiental, assim como por toda a sociedade e das instituições não governamentais.

O turismo

No contexto turístico, entender a cidade, bem como investir através da preservação do patrimônio histórico-cultural, são fundamentais para o desenvolvimento do lugar.

Sabe-se que o turismo cultural iniciou-se na Europa, especificamente na Inglaterra, quando houve, através da revolução industrial, condições para que a classe burguesa aumentasse o distanciamento dos demais, mantendo

o seu status e o seu poder.

Com o advento do Imperialismo na Ásia, na África e na América, o turismo vai se constituindo em busca de novos espaços mais exóticos e desconhecidos. A partir daí, um aparato de infra-estrutura passa a servir parte da sociedade europeia que inicia suas viagens pelo mundo. Tais fatos foram interrompidos nos períodos de guerra (1ª e 2ª Guerra Mundial).

De acordo com **YAZIGI (1999)**, os centros urbanos acham-se depredados por influência de um turismo mal planejado e pelo descaso do poder público. Esses locais podem ser constatados no Hotel Glória no Rio de Janeiro. Neste, foram destruídos os adornos originais (arte estuária) de seu complexo aquático, pois não foram respeitadas as características artísticas.

Já na cidade de Atibaia, ocorreu também de maneira não tão diferente da citada: na década de 60 construiu-se um alto prédio ao lado da Igreja Matriz, o que gerou vários protestos por parte de João Batista Conti, que era prefeito e portador de uma formação cultural folclórica.

Ao aproximar a relação entre turismo e ambiente, **YAZIGI (1999)** comenta a importância do estudo da paisagem no turismo, assim como as modificações feitas em função da produção da sociedade local e da sua cultura, porém não desvinculado do cotidiano. A paisagem e o patrimônio ambiental como elementos de grande relevância para a construção e desenvolvimento do turismo.

Atualmente as suas novas modalidades vão sendo alcançadas em busca do inusitado, do novo, em detrimento do lugar comum. Para o desenvolvimento do lugar a sociedade deveria integrar-se ao local, procurando oferecer condições sejam elas de infra-estrutura, quanto ao conhecimento histórico e cultural do lugar.

Assim, o conhecimento do lugar torna-se fundamental, sendo a população imbuída para explicar e demonstrar para os visitantes por que esse local é diferenciado.

Portanto, além dos órgãos governamentais e não-governamentais, a mídia

tem um papel de destaque quando divulga a urgência de resgatar a importância dos patrimônios culturais e naturais, oportunizando a conscientização da sociedade como um todo. Há de ser lembrado que, um turismo planejado possibilita a ampliação das divisas, valorização da cultura, aproximação dos povos, prestação de serviços, capacitação profissional, geração de empregos, racionalização do uso de bens culturais, científicos, tecnológicos e ambientais.

O patrimônio público-cultural, assim como a sua degradação, nos remete a uma reflexão para o modelo adotado, quanto ao tipo de crescimento calcado na exclusão de grande parte da sociedade. O desenvolvimento das atividades do turismo, portanto, depende da resolução destas questões, pois sem a valorização do lugar, da sociedade participante elevando o grau de distribuição dos equipamentos sociais, da distribuição da renda, da educação e conscientização para as classes menos abastadas e das classes privilegiadas.

Além de uma ação dos agentes públicos e privados envolvidos, para que haja uma mudança de mentalidade no que diz respeito à utilização do espaço urbano, seja ele público ou privado, assim como das formas de uso do mesmo por parte dos diversos empreendedores.

Costuma-se justificar as ações contra aos patrimônios, ou seja, da degradação dos monumentos, como resultado da pobreza, e esta contribui para inviabilizar o desenvolvimento do próprio turismo. Para **YAZIGI (1999)** não há uma relação direta entre miséria e o desenvolvimento do turismo, pois vários exemplos são dados para fundamentar seu pensamento. Na Grécia, o patrimônio cultural convive com a pobreza da população, não descaracterizando seus principais movimentos.

Assim ocorreu também em outros países como no México em Acapulco e no Marrocos. No Brasil, o mesmo cita uma particularidade, a do Hotel Sheraton no Rio de Janeiro, justamente instalado a favela do Vidigal. Outro exemplo está na

cidade de Aparecida do Norte, em função da grande frequência da população a que lá se destina.

Contudo, ainda no Brasil, os complexos empresariais ignoram a pobreza e a miséria da população, permitindo assim os seus investimentos na área do turismo. O vandalismo, a violência e a pobreza podem conviver com a prática do turismo, não estando vinculadas às manifestações de ordem turística.

Para tanto, o urbano deve ser repensado, evidenciando suas formas de uso, assim como o tipo de apropriação do seu espaço, pois na maioria das vezes é utilizado apenas com fins especulativos, de lucro fácil, transformando-os em mercadorias, mas estando longe de relacioná-los à construção de um outro ambiente, em que se leve em consideração a identidade dos habitantes com o seu entorno.

A construção do turismo deve, portanto, ser entendida não apenas como consequência do ambiente físico, mas das relações sociais estabelecidas, a preservação ou destruição do patrimônio e da história do lugar, relaciona-se às mesmas condições sociais, econômicas e culturais em que a mesma sociedade está submetida.

O ambiente apropriado pelo turismo, não tem significado abstrato, mas provém de interesses, geralmente de grandes empresas que atuam seus investimentos em convivência com as políticas públicas locais, distanciada da realidade social e cultural de um determinado lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pôde-se observar, através dos relatos anteriores, que vários são os lugares em que ao estabelecer o distanciamento de políticas públicas, planejamento urbano e meio ambiente, tem-se a desvinculação na sua essência da perda da relação homem-natureza e de suas contradições sociais. Essa descaracterização relaciona-se com a depredação do patrimônio histórico, cultural e com a ecologia urbana.



É extremamente importante que a sociedade possa interagir de forma direta e indireta, definindo qual será o seu papel na preservação do patrimônio ecológico, pois, a educação ambiental não é só uma oportunidade para que se reconheça a cidade como um local onde se vive, mas também o lugar da construção da identidade cultural.

Assim sendo, o patrimônio cultural e natural, tendo como finalidade – o econômico, tem gerado conseqüências graves à sociedade como um todo, descaracterizando o lugar, impondo novos valores e objetos técnicos, artificializando o ambiente e distanciando o homem de sua cultura, na medida em que o espaço lhe é estranho, sem identidade alguma.

No entanto, as práticas políticas estão relacionadas para o uso e desenvolvimento exclusivo do capital, demonstrando que qualquer área seja ela natural ou cultural, deixa de ser preservada em função dos interesses de uma certa parcela de empresas privadas e públicas, ignorando a cultura e a história de determinada área.

A idéia da conservação do patrimônio cultural deveria ser posta em ação conjunta de todos os segmentos da sociedade, norteadas por políticas que viabilizam a continuidade de uma integração entre as diversas esferas de ordem técnica, científica, política e da sociedade como um todo.

Poucas são as cidades que podem contar com políticas que tem como proposta concreta à preservação do ambiente, assim como à conservação do patrimônio histórico-cultural necessária para a obtenção de uma cidade mais evoluída do ponto de vista social, cultural e por que não dizer do econômico.

BIBLIOGRAFIA

- BENKO, G. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI, SP:Hucitec, 1996.
CARVALHO, P. F. de. Patrimônio histórico e artístico nas cidades médias paulistas:

a construção do lugar. SP: Hucitec, 1999.

COSTA, P. Lagoa santa, patrimônio natural preservado – ecologia e desenvolvimento. Terceiro mundo, RJ, 1994.

MENESES, U.T.B. Os “usos culturais” da cultura – contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. Turismo, espaço, paisagem e cultura. SP: Hucitec, 1999.

RODRIGUES, A.M. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. Turismo, espaço, paisagem e cultura. SP: Hucitec, 1999.

ROLNIK, R. O que é cidade. SP, Brasiliense, 1998.

RUIVO, M. L. P. Um desafio para as mineradoras. Ciência hoje, RJ, SBPC, 1990.

SANTOS, M. A urbanização brasileira, SP: Hucitec, 1993.

_____. Pensando o espaço do homem. SP: Hucitec, 1982.

SOARES, M.A. e ALBERTI, S. da SILVA. Da ontologia do espaço ao espaço negado: proposta epistemológica de reflexão interdisciplinar entre geografia crítica, a etologia e a proximica. Anais de etologia, Unesp, Bauru, SP, 1993.

VIOLA, E.J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. Revista brasileira de ciências sociais nº 1, 1987. SP: Cortez.

YAZIGI, E. Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil. Turismo, espaço, paisagem e cultura. SP: Hucitec, 1999.